

BALANÇO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE COTAS PARA TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

BALANCE OF ACADEMIC PRODUCTIONS ON QUOTAS FOR TRANSSEXUALS AND TRANVESTIS IN THE FIELD OF PUBLIC POLICIES

Thiago Luiz Sartori¹
Bruno Gomes Pereira²

Resumo

Esse artigo apresenta um mapeamento bibliométrico de produções acadêmicas que discutem aspectos ligados às cotas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior na última década. A Fundamentação Teórica está alojada no campo das políticas curriculares a partir da sua interface com os estudos sobre identidades de gênero. A metodologia é bibliométrica, desenvolvida a partir de uma triagem realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao considerar as publicações efetivadas entre 2012 e 2022. A pesquisa revela poucas produções acadêmicas com este foco de pesquisa, o que reforça a necessidade de discussão acerca das referidas políticas públicas, além de evidenciar aspectos relevantes no que se refere à diversidade de gênero no contexto da educação superior.

Palavras-chave: Diversidade. Identidades de Gênero. Políticas Públicas.

Abstract

This article presents a bibliometric mapping of academic productions that discuss aspects related to access quotas and permanence of transvestites and transsexuals in higher education in the last decade. The Theoretical Foundation is housed in the field of curriculum policies from its interface with studies on gender identities. The methodology is bibliometric, developed from a screening carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES, considering the publications carried out between 2012 and 2022. The research reveals few academic productions with this research focus, which reinforces the need for discussion about the aforementioned public policies, in addition to highlighting relevant aspects with regard to gender diversity in the context of higher education.

Keywords: Diversity. Gender Identities. Public Policy.

¹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>. E-mail: tsartori@hotmail.com.

² Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN) e do Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli (UniA), Santo André (SP). Orientador do Instituto de Pesquisa e Educação Continuada da Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4083-3210>. E-mail: brunogomespereira_30@hotmail.com.

Introdução

As discussões sobre identidades de gênero parecem ter tomado corpo nos últimos anos. No mundo acadêmico, não raramente, nos deparamos com textos científicos, palestras, mesas redondas e demais demonstrações de interesse no que compete à investigação em todos os níveis da educação superior. Esta intensificação tem sido motivada pelo advento da complexidade³, a qual, por sua vez, se caracteriza justamente pela importância dada aos grupos minoritizados em seus contextos de atuação social (CASTRO, 2018; CASTRO, 2010; SARTORI, 2020).

Por outro lado, as pesquisas acadêmicas ainda carecem de investigações que versem sobre minorias dentro do campo das Políticas Públicas Educacionais (PPE), especialmente no que compete às diretrizes curriculares da educação superior e dos sistema de cotas. Este último é responsável pelo acesso e pela permanência de pessoas consideradas vulneráveis socialmente, de maneira a viabilizar condições para que possa, usufruir de uma formação superior (SARTORI, 2022; SATORI; PEREIRA, 2022a; SARTORI; PEREIRA, 2022b).

Entendemos que a atual conjuntura social, por se configurar como “líquida”, conforme preceitos de Bauman (2008; 2004), apresenta demandas que exigem da comunidade científica uma atenção maior no que se refere às discussões que operam na interface entre PPE e identidades de gênero. Isso porque a instabilidade social induz o homem ao interesse por assunto até então silenciados durante nosso percurso histórico.

A ideia de “silenciamento” mobilizada neste trabalho converge com as orientações propostas pelo campo enunciativo dos estudos da linguagem, em que o ato de silenciar tem relação com questões de opressão e polarização do discurso e da cultura humana. Assim, podemos dizer que o “silenciamento” pode ser entendido como resultado de um conjunto de fatos sociais que marginalizam e descaracterizam um determinado grupo social (BAKHTIN, 1984; FIORIN, 2006; TEZZA, 2005).

Diante disso, esse artigo tem como objetivo apresentar um mapeamento bibliométrico acerca de produções acadêmicas que discutem aspectos ligados às cotas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior brasileira na última década. Entendemos que essa panorama pode ser eficiente ao desdobramento de novas pesquisas sobre esta temática, na tentativa de minimizar as lacunas detectadas a partir das investigações já realizadas.

³ Estamos fazendo referência à Teoria da Complexidade, que consiste na percepção relativa de análise dos fenômenos sociais, conferindo aos resultados científicos propriedades efêmeras e provisórias (MORIN, 2011; MORIN, 2005; MORIN; CIURANA; MOTA, 2003).

O referido objetivo nos convida a estruturar, portanto, a seguinte problemática de investigação: Como mapear bibliometricamente as produções acadêmicas que discutem aspectos ligados às cotas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior brasileira na última década?

Na tentativa de respondermos esta questão de maneira satisfatória, optamos por uma fundamentação teórica interdisciplinar⁴, a qual opera na interface entre PPE (ARAÚJO, 2003; ALVES, 2002; DANILIAUSKAS, 2011; RESENDE; SILVA, 2016) e estudos sobre identidades de gênero (BUTLER, 2003; PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012; VARIKAS, 1994). Partimos do pressuposto de que esta confluência teórica nos ajuda a vislumbrar diferentes desdobramentos científicos, considerando que nos oferece ferramentas mais consistentes em discussões vindouras.

A metodologia é de caráter bibliométrico, desenvolvida a partir de uma triagem realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao considerar as publicações efetivadas entre 2012 e 2022. O referido recorte de tempo foi motivado em razão da organicidade bastante expressiva do meio acadêmico-científico, o que exige dos pesquisadores uma natureza constantemente dinâmica.

A pesquisa revela poucas produções acadêmicas com este foco de pesquisa. Isso, por sua vez, reforça a necessidade de discussão acerca das referidas políticas públicas, além de evidenciar aspectos relevantes no que se refere à diversidade de gênero no contexto da educação superior.

Um Panorama sobre a Definição Gênero

Os saberes mobilizados neste artigo são tratados como complementares, partindo da premissa de que os consideramos interdisciplinares por natureza, o que viabiliza o processo de complexidade do objeto de investigação aqui delineado. Nesse sentido, o referencial teórico aqui construído opera na interface entre PPE (ARAÚJO, 2003; ALVES, 2002; DANILIAUSKAS, 2011; RESENDE; SILVA, 2016) e estudos sobre identidades de gênero (BUTLER, 2003; PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012; VARIKAS, 1994), considerando-os convergentes, por consequência.

Em tempo, afirmamos que a noção de complexidade aqui mencionada está ancorada nas colaborações de Morin (2011; 2005), o qual compreende os fenômenos sociais como algo genuinamente colaborativo.

⁴ Estamos fazendo referência à noção de interdisciplinaridade em Fazenda (2008) e Lima (2008), em que ambos a consideram como um processo dialógico entre diferentes áreas do saber humano na construção de uma verdade científica.

Isso, por sua vez, corrobora na visão de relativização das coisas, a depender do local de fala assumido pelo pesquisador.

O esquema abaixo ilustra os procedimentos conversacionais entre PPE e identidades de gênero.

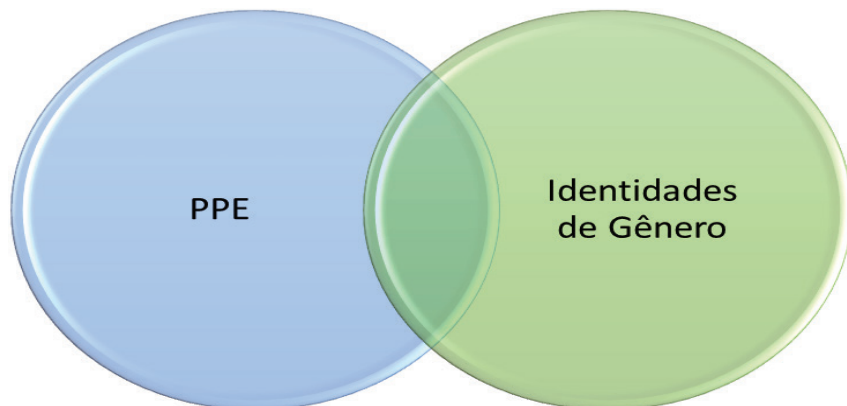


Figura 01: Procedimentos conversacionais entre PPE e identidades de gênero

Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 01 é constituída por duas esferas, as quais parecem dialogar a partir de zonas sobrepostas. Estas, por sua vez, sugerem um engajamento mútuo entre ambas as esferas, o que semiotiza a ideia de complementação, já mencionada anteriormente. Isso, por sua vez, nos parece pertinente, partindo do pressuposto de que na abordagem teórica interdisciplinar assumimos um posicionamento capaz de considerar os principais conceitos que serão utilizados na referida abordagem.

Partindo desse pressuposto, entendemos que a conexão entre os dois pontos estabelecidos na figura seja justamente a preocupação científica dada às questões sobre gênero, identidades de gênero e diversidade sexual, as quais parecem ter avançado nos últimos anos. Entretanto, apensar disso, ainda demonstram estar lacônicas no que se refere a alguns aspectos, sobretudo no que compete às políticas de cotas em instituições públicas de ensino superior no Brasil (SARTORI; PEREIRA, 2022a; SARTORI; PEREIRA, 2022b).

As políticas de cotas as quais nos referimos são aquelas destinadas ao ingresso e permanência de pessoas transexuais e travestis em cursos de educação superior, seja em bacharelados, seja em licenciatura. As cotas para pessoas trans é uma medida recente no âmbito das políticas públicas se compararmos a outros mecanismos de cotas. Entendemos que se trata, portanto, de uma temática emergente no contexto de discussão

acadêmica, o que retoma à necessidade de se falar sobre isso, mesmo porque isso reverbera questões de resistência de grupos historicamente marginalizados no que compete às construções de poder estipuladas por uma sociedade tradicional e heteroformativa (DANILIAUSKAS, 2011; SARTORI, 2020; SARTORI, 2022).

A definição de poder aqui empregada é motivada pelos estudos Foucault (2005), o qual compreende que o empoderamento esteja relacionado à ruptura ideológica dominante instaurada há séculos no processo de construção das projeções sociais. Nesse sentido, a partir dos estudos do referido autor, entender a proposta de cotas para pessoas transexuais e travestis no bojo da educação superior nacional é, antes de tudo, uma espécie de sinalização da ruptura de construções históricas de poder, as quais podem semiotizar demandas de uma estrutura social emergente.

No que se refere às PPE, nos interessamos mais de perto por pesquisas que versam sobre a estrutura e o funcionamento da educação superior brasileira, com vistas à compreensão de seus movimentos curriculares e de ingresso e permanência no ensino superior. Nesse caso, fazemos referência aos trabalhos que versam sobre políticas públicas de inclusão de minorias historicamente segregadas, com vistas a garantir noções mínimas de direitos humanos às pessoas ditas subalternas dentro de um sistema social maior (ARAÚJO, 2003; ALVES, 2002; DANILIAUSKAS, 2011; RESENDE; SILVA, 201).

No que compete às políticas de inclusão sobre diversidade sexual, entendemos que estes trabalhos podem favorecer um elo entre respeito e direitos humanos. Isso porque entendemos que a inclusão de pessoas transexuais e travestis por intermédio das cotas pode nos ajudar na formação de pessoas mais engajadas socialmente e esclarecidas sobre seu papel como cidadão. Além disso, esta perspectiva formativa das PPE pode colaborar para a redução da violência homofóbica, uma realidade bastante latente no contexto da educação dita formal no Brasil (ARAÚJO, 2003; ALVES, 2002; DANILIAUSKAS, 2011; RESENDE; SILVA, 201).

Ainda revisitando a Figura 01, temos as discussões acadêmicas sobre identidades de gênero, tal como dito anteriormente, já latentes no bojo das discussões científicas mais contemporâneas. O termo "identidades" está sendo utilizado neste artigo a partir das colaborações da Linguística Aplicada Indisciplinar, a qual a concebe como um conjunto de identidades que compõem o mesmo sujeito social. Isso porque, de acordo com os estudos aplicados da linguagem, trata-se de perspectivas de olhares lançados sobre a maneira como o sujeito se vê e se percebe em relação

ao outro. Isso, por sua vez, justifica a nossa opção por utilizarmos o referido termo no plural (FABRÍCIO, 2017; MOITA LOPES, 2003a; MOITA LOPES, 2006a).

Acerca dos trabalhos sobre identidades de gênero, nos interessamos mais de perto por aqueles que discutem o processo de evolução histórica do gênero na sociedade, com vistas a compreender os gatilhos sociais de cada época que contribuíram para o processo de empoderamento da diversidade de gênero (BUTLER, 2003; PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012; VARIKAS, 1994).

O gênero, nesse caso, ganha uma visão mais histórica e cultural, em detrimento de um olhar biológico. Trata-se, portanto, de uma representação social a partir de aspectos culturais em que o sujeito está inserido, de modo a conferir características subjetivas ao termo. Em resumo, tem relação com o autoconhecimento que o sujeito conquista a partir das suas projeções sociais, tais como o meio sociopragmático em que vive e as pessoas com as quais se relacionam (BUTLER, 2003; PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012; VARIKAS, 1994).

As identidades de gênero, então, passam a ser construídas no contexto de resistência, pois emergem dentro de uma espera sociopragmática marcada pela submissão e pela disparidade com aquilo que a cultura heterocêntrica entende como padrão. Isso, por sua vez, nos leva a compreender a resistência com a qual esse assunto é concebido por uma grande parcela das pessoas, as quais podem reproduzir olhares segregadores e homofóbicos (BUTLER, 2003; PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012; VARIKAS, 1994).

Nesse sentido, partimos da premissa de que a confluência entre PPE e identidades de gênero opera justamente nesse espaço de resistência historicamente marcado pela presença de forças capazes de periferizar grupos e marginalizar identidades. Por isso, retomamos à ideia de importância de engajamento da esfera científica no que compete a esta temática, com o objetivo de conferir manutenção a discussões emergentes justamente em razão das novas demandas sociais (PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012; VARIKAS, 1994).

Em resumo, a construção deste percurso teórico é de cunho interdisciplinar, pois compreendemos que os saberes aqui mobilizados ocorrem de maneira simultânea, partindo do princípio de que são complementares. Isso, por sua vez, agrega perspectivas vindouras, as quais podem ajudar nos desdobramentos das discussões desta temática.

Pesquisas sobre Cotas para Travestis e Transexuais na Educação Superior: Um Mapeamento da Última Década

Os dados que constituem o *corpus* deste artigo foram coletados na base do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao considerar as publicações efetivadas entre 2012 e 2022. O referido recorte de tempo foi motivado em razão da organicidade bastante expressiva do meio acadêmico-científico, o que exige dos pesquisadores uma natureza constantemente dinâmica.

Além disso, consideramos que, no que compete ao meio acadêmico, em que as demandas parecem se delinear de maneira bastante rápida, entendemos que o prazo de uma década seja importante à construção de um cenário de pesquisa. Isso porque a dinamicidade do pensamento científico deve acompanhar os movimentos comportamentais da própria sociedade (LATOURET, 2000; LATOURET; WOOLGAR, 1997).

Ao colocarmos a expressão “cotas para travestis e transexuais” e optarmos pelos filtros de reginamento que pudessem atentar ao recorte de tempo acima mencionado, foi obtido um total de trezentos e sessenta e um mil novecentos e sessenta e nove (361.969). Entretanto, este número não coincide com trabalhos que versam propriamente sobre o referido tema. Grande parte deles apresenta as mesmas palavras do refinamento como elementos-chave da respectiva produção acadêmica, mas sem qualquer aprofundamento na temática de cotas.

Após este último filtro, consideramos pertinente à referida abordagem as produções listadas no quadro abaixo, as quais parecem convergir com a proposta deste artigo, de maneira direta ou indireta. O referido quadro é constituído por seis (06) linhas, nas quais elencamos os trabalhos tabuados, e por cinco (05) tabelas, que consistem nos seguintes pontos: a) autor; b) título; c) objetivo geral; d) ano; e e) natureza.

Quadro 01: Relação de Produções Acadêmicas (2012-2022)

Autor	Título	Objetivo Geral	Ano	Natureza
Karen Susan Silva Pitinga da Rosa	Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Evidenciar a necessidade e a urgência em se pautarem políticas públicas de ação afirmativa, a fim de não somente inserir esta população, mas também em se frear as constantes práticas transfóbicas que ocorrem dentro dos espaços acadêmicos.	2020	Dissertação

Samira de Moraes Maia Viganó	Sujeitos Jovens e Adultos LGBT: Diálogos sobre Gênero, Sexualidade e Escolarização	Discutir os processos de escolarização desses sujeitos, no que se relaciona com as questões de gênero e sexualidade.	2019	Tese
Keo Silva	Dos Saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social.	Identificar quais as principais mudanças e contribuições advindas da entrada de pessoas trans na universidade.	2019	Dissertação
Sofia Gonçalves Repolês	Recalculando Rotas: Uma Etnografia Sobre Trânsitos De Corpos, Afetos e Sexualidades em Vivências Transmasculinas	Compreender, sempre parcialmente, como as transidentificações produz efeitos em nossas relações conosco e nossos próprios corpos, assim como em relações sexuais e/ou afetivas, e em nossas práticas e desejos sexuais.	2017	Dissertação
Crishna Mirella de Andrade Correa	Subjetividades em Trânsito: Nome Social, Travestilidades e Transexualidades em Duas Universidades Públicas do Sul do Brasil	Acompanhar 6 pessoas trans, 3 mulheres e 3 homens, em seus percursos e lutas pelo uso do nome social, dentro da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal de Santa Catarina.	2017	Tese
Adriana Lohanna dos Santos	Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico	Analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitari@s e as estratégias de enfrentamento e resistências das normas de gênero.	2017	Dissertação

Fonte: Dos Autores

No trabalho intitulado “Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana”, de Karen Susan Silva Pitinga da Rosa (2020), há uma tentativa de minimização de práticas transfóbicas a partir de políticas públicas de afirmação dentro do ambiente universitário. Trata-se de uma dissertação de mestrado, em que a pesquisadora avança no contexto das práticas investigativas sobre PPE e identidades de gênero na educação superior ao focar diretamente em travestis e transexuais, tal como propomos aqui.

Do ponto de vista das PPE, temos uma projeção investigativa bastante pertinente à discussão que estebelcemos neste artigo. A partir do momento em que a pesquisadora procura mecanismos de políticas públicas para atuar na minimização de violência homofóbica, podemos entender que a preocupação maior é na permanência do universitário, em detrimento de uma visão que se esgota no acesso, embora este último também possa representar um avanço no escopo das políticas públicas. Assim, há uma tentativa de quebra da hegemonia de uma sociedade heterofóbica, historicamente construída (ALVES, 2002; BUTLER, 2003; DANILIAUSKAS, 2011; PISCITELLI, 2009).

No trabalho intitulado “Sujeitos Jovens e Adultos LGBT: Diálogos sobre Gênero, Sexualidade e Escolarização”, de Samira de Moraes Maia Vígano (2019), há uma discussão sobre questões de gênero e sexualidade no ensino superior a partir da ideia de escolarização dos sujeitos de pesquisa. Trata-se de uma tese de doutorado, em que a pesquisadora procura identificar e analisar percepções escolares de acadêmicos homoafetivos, com vistas a entender como a sua trajetória na educação básica ajudou, ou ajuda, a construir seu percurso em outros contextos da vida escolar.

Partimos do princípio de que entender a história de vida de acadêmicos homoafetivos é de extrema importância para que possamos construir sentidos a partir do desempenho que eles apresentam na educação superior. Este é um olhar também voltado à permanência desse público na universidade, pois se trata de um ambiente ainda bastante violento no que compete à homofobia. Nesse caso, é interessante que as políticas públicas da educação superior não sejam concebidas de maneira desvinculada da educação básica, pois funcionam de maneira complementar no bojo de vida do sujeito (CASTRO, 2018; SCOTT, 2012).

No trabalho intitulado “Dos Saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social”, de Kleo Silva (2019), há uma descrição sobre os aspectos socialmente estruturais a partir da entrada de pessoas transexuais no contexto universitário. Isso, por sua vez, encontra nas mudanças sociopragmáticas alguns indícios que levam a tais alterações. Trata-se de uma dissertação de mestrado, em que a autora se posiciona como favorável ao ingresso de pessoas trans no contexto acadêmico, ainda bastante transfóbico.

Diante disso, levamos em consideração que a perspectiva do acesso é a mais evidenciada no bojo da pesquisa supramencionada. Entendemos que isso representa um avanço no sentido histórico do comportamento

social, em que as condições de ingresso social das pessoas trans foi totalmente silenciado (RESENDE; SILVA, 2016; VARIKAS, 1994).

No trabalho intitulado “Recalculando Rotas: Uma Etnografia Sobre Trânsitos De Corpos, Afetos e Sexualidades em Vivências Transmasculinas”, de Sofia Gonçalves Repolês (2017), há uma análise a partir das transidentificações e seus respectivos efeitos nas relações no contexto da educação superior. Trata-se de uma dissertação de mestrado em que a pesquisadora se atém às relações sexuais e às práticas de desejos sexuais como motivadoras para construção de análise.

Entendemos que o referido trabalho questiona a ideia de gênero como representação biológica, pois nos convida a pensar a partir de uma perspectiva de interação social em detrimento de um olhar puramente dicotômico. Nesse aspecto, compreendemos que as identidades de gênero são tratadas a partir da noção de percepção por meio do outro e do conhecimento sobre si mesmo, algo muito importante para que seja possível compreender o gênero como manifestação do eu a partir do outro (BUTLER, 2003; PISCITELLI, 2009).

No trabalho intitulado “Subjetividades em Trânsito: Nome Social, Travestilidades e Transexualidades em Duas Universidades Públicas do Sul do Brasil”, de Crishna Mirella de Andrade Correa (2017), há o estudo da história de vida de acadêmicos de uma universidade pública em Santa Catarina com ênfase nas lutas vividas a partir do uso do seu nome social. Trata-se de uma tese de doutorado em que a pesquisadora acompanhou a trajetória de seis (06) acadêmicos trans para conseguir mapear suas principais angústias no meio universitário.

Partimos do princípio de que o nome social para um acadêmico trans vai além de uma nomenclatura. É, na verdade, uma representação de sua resistência a um meio heteroformativo, que se moldou a partir do seu silenciamento por séculos. Nesse caso, é uma maneira de se colocar frente às repreensões múltiplas que sofreu no seu percurso de vida enquanto ser social por excelência (DANILIAUSKAS, 2011; PISCITELLI, 2009; SCOTT, 2012).

Por fim, no trabalho intitulado “Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico”, de Adriana Lohanna dos Santos (2017), há uma análise sobre a permanência de acadêmicos transexuais em uma universidade federal brasileira. Trata-se de uma dissertação de mestrado em que a pesquisadora faz um mapeamento das estratégias adotadas pelos universitários para seguirem resistentes às projeções de violência transfóbica na universidade.

Esta pesquisa, por sua vez, reverbera a noção de permanência no ensino superior a partir da concepção de resistência histórica de pessoas transexuais no bojo de uma sociedade heteroformativa. Nesse caso, é importante considerar que estes mecanismos são, na verdade, uma espécie de tentativa de sobrevivência em um meio que parece não representar os seus anseios, mas que exerce grande influência em outros desdobramentos sociais. Em outras palavras, é um processo de sobrevivência em um meio que lhe garanta uma formação acadêmica que lhe permite o ingresso no mercado de trabalho (ARAÚJO, 2003; ALVES, 2002; DANILIAUSKAS, 2011; RESENDE; SILVA, 2016).

Entendemos que o mapeamento que fizemos acima representa um cenário investigativo bastante resistente às pesquisas sobre identidades de gênero a partir da interface com as PPE. No entanto, é necessário avançar para que seja possível garantir melhores condições de permanência aos acadêmicos transexuais e travestis no contexto da educação superior no Brasil.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos um mapeamento de teses e dissertações que versam sobre aspectos relacionados ao acesso e à permanência de pessoas travestis e transexuais na educação superior nos últimos anos. Os dados de pesquisa foram retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o que caracterizou uma pesquisa bibliométrica. Esta, por sua vez, nos ajudou a visualizar o atual cenário de pesquisas brasileiras, de maneira a nos convidar a pensar nos aspectos que devem ser avançados no que competem à referida temática.

A partir disso, revisitamos o problema de pesquisa elencado na introdução deste artigo: Como mapear bibliometricamente as produções acadêmicas que discutem aspectos ligados às cotas de acesso e permanência de travestis e transexuais na educação superior brasileira na última década?

A problemática supramencionada foi respondida no decorrer deste trabalho, especialmente na seção em que elencamos os trabalhos acadêmico-científico que constituem o *corpus* deste trabalho. Entendemos, no entanto, que a referida pergunta de investigação encontra-se aberta a outros olhares científicos, pois consideramos que o tratamento oferecido pela ciência tem muita relação com o lugar de fala que o pesquisador costuma assumir em seus escritos (LATOURE, 2000; LATOURE; WOOLGAR, 1997).

A pesquisa revelou pouca projeção investigativa no cenário brasileiro, considerando a relação entre PPE e as identidades de gênero que ocupam espaços nas instituições de ensino superior. Isso, por sua vez, reforça a necessidade de se discutir sobre esta temática, descortinando possibilidades de colaboração com o comportamento humano, no sentido de respeito, ética e alteridade (SARTORI, 2022; SATORI; PEREIRA, 2022a; SARTORI; PEREIRA, 2022b).

Em suma, entendemos também que a abstinência de discussões acerca do referido assunto parece contribuir para a não redução dos índices de violência homofóbica no contexto da educação superior. Não raramente, encontramos relatos de agressão, verbal e/ou psicológica, direcionadas às pessoas trans, o que distoa totalmente da proposta de diálogo propagada pelo discurso pelas universidades (SARTORI, 2020).

Referências

- ALVES, M. **O FUNDEF e a Valorização do Magistério**: uma análise em municípios pernambucanos. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.
- ARAÚJO, A. **Política Educacional e Participação Popular**: um estudo sobre esta relação no município de Camaragibe-PE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.
- BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.
- BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, N. M. **Histórias de In/Exclusão na Escola**: Análise Semiótica de Histórias de Vida e de Formação de Acadêmicos Homossexuais na UFT. 2018. 177f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura). Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína: TO, 2018.
- CASTRO, N. M. **Representações de identidades de gênero e de sexualidade nos discursos de professores de educação infantil**. 2010. 123f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada) Instituto de Estudos da Linguagem, IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2010.
- CORREA, C. M. de A. **Subjetividades em Trânsito**: Nome Social, Travestilidades e Transexualidades em Duas Universidades Públicas do Sul do Brasil. 2017. 379f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2017.
- DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do programa Brasil sem homofobia. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma INdisciplinaridade radical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-

617, 2017.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In.: FAZENDA, I (org). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Editora Cortez, p. 17-28, 2008.

FIORIN, J. L. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo/SP: Ática, 2006.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LIMA, S. R. A. de. Mais Reflexão, Menos Informação. In.: Fazenda, I. (org). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Editora Cortez. p. 185-199, 2008.

MOITA LOPES, L. P. da. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematisação dos construtos que têm orientado a pesquisa. In.: MOITA LOPES, L. P. da (org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial. p. 85-108, 2006a.

MOITA LOPES, L. P. da. Uma Linguística Aplicada Mestiça e Ideológica: Interrogando o campo como linguista aplicado. In.: MOITA LOPES, L. P. da (org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial. p. 13-44, 2006b.

MOITA LOPES, L. P. da (org). **Discursos de Identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária**: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, H.; Szwako, J. E. (orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo. Berlendis & Vertecchia. p.116-148, 2009.

REPOLÊS, S. G. **Recalculando Rotas**: Uma Etnografia Sobre Trânsitos de Corpos, Afetos e Sexualidades em Vivências Transmasculinas. 2017. 200f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

RESENDE, T. de F.; SILVA, G. F. da S. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio**: avaliação, políticas públicas e educação, Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 30-58, jan./mar, 2016.

ROSA, K. S. S. P. da. **Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior**: um estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. 2020. 135f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Humanidades, Direito e outras Legitimidades). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2020.

SANTOS, A. L. dos. **Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe**: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico. 2017. 91f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, 2017.

SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23 , n. 00 , e022001, jan./dez, 2022.

SARTORI, T. L. **Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar**: A Concepção dos Gestores. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul:

SP, 2020.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Percepções sobre Sociedade e Estado a partir da Semiótica: Olhares Enunciativos em Textos Sincréticos. **Revista FSA**, v. 19, p. 299-317, 2022a.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Identidades de Gênero na Modernidade Líquida: Mapeamento de Políticas Públicas na Educação do Brasil. **Temática** – Revista eletrônica de publicação mensal, v. 09, p. 191-205, 2022b.

SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, Dez, 2012.

SILVA, K. **Dos Saberes e outros trânsitos**: percursos de alunos e alunas trans, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social. 2019. 118f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2019.

TEZZA, C. A Construção de Vozes no Romance. In.: Brait, B. **Bakhtin**: Dialogismo e construção do Sentido. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, p. 209-217, 2005.

VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.3, p.63-84, 1994.

VIGANO, S. de M. M. **Sujeitos Jovens e Adultos LGBT**: Diálogos sobre Gênero, Sexualidade e Escolarização. 2019. 384f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2019.

Submetido em março de 2023
Aceito em junho de 2023
Publicado em agosto de 2023

